

Mulheres quilombolas: resistência, identidade e feminismo negro

Quilombola women: resistance, identity and black feminism

Fiama de Castro Azevedo Dias^a

 <https://orcid.org/0009-0003-1750-2269>

Patrícia Cristina de Aragão^a

 <https://orcid.org/0000-0002-5046-0916>

Resumo: O artigo aborda o papel crucial das mulheres quilombolas na construção e na preservação de suas comunidades, destacando suas contribuições históricas para a resistência e a manutenção das tradições culturais. Inseridas no contexto do feminismo negro, elas enfrentam a opressão racial, de gênero e econômica, ao mesmo tempo que buscam fortalecer sua identidade e autonomia. Através de suas práticas de resistência, reafirmam a importância de suas histórias e lutas, promovendo a valorização de suas culturas e a busca por direitos territoriais e sociais.

Palavras-chave: Quilombo. Luta. Feminismo negro. Mulheres.

Abstract: The article addresses the crucial role of quilombola women in the construction and preservation of their communities, highlighting their historical contributions to resistance and the maintenance of cultural traditions. Embedded within the context of Black feminism, they face racial, gender, and economic oppression while striving to strengthen their identity and autonomy. Through their resistance practices, they reaffirm the importance of their histories and struggles, promoting the valorization of their cultures and the pursuit of territorial and social rights.

Keywords: Quilombo. Struggle. Black feminism. Women.

^aUniversidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande/PB, Brasil.

Recebido: 14/3/2025 ■ **Aprovado:** 2/4/2025

Introdução

Neste contexto, este artigo tem como objetivo explorar o papel crucial das mulheres quilombolas na construção e na preservação de suas comunidades, destacando suas contribuições históricas para os movimentos de resistência e a manutenção das tradições culturais. Inserido na conjuntura do feminismo negro, o artigo busca examinar as formas pelas quais as mulheres quilombolas enfrentam e desafiam as opressões racial, de gênero e econômica, enquanto simultaneamente trabalham para fortalecer sua identidade e autonomia. Ao investigar suas práticas de resistência, o artigo pretende lançar luz sobre a importância de suas histórias e lutas, enfatizando os esforços contínuos para valorizar suas culturas e lutar pelos direitos territoriais e sociais.

Os objetivos deste artigo são: analisar o papel das mulheres quilombolas na construção das comunidades e na preservação cultural; examinar a interseccionalidade entre raça, gênero e classe nas suas experiências vividas; destacar o impacto do feminismo negro na formação de suas práticas de resistência; e investigar os desafios enfrentados por essas mulheres na luta por direitos territoriais e sociais.

A metodologia usada neste estudo será de natureza qualitativa, utilizando uma combinação de revisão bibliográfica e estudos de caso para analisar as experiências das mulheres quilombolas, adotando uma abordagem feminista crítica, reconhecendo as contribuições únicas e essenciais das mulheres quilombolas para o cenário socioeconômico e cultural mais amplo.

1. Feminismo negro e a luta das mulheres quilombolas

O feminismo negro tem desempenhado um papel fundamental na luta das mulheres negras por reconhecimento, identidade e direitos. Autoras como Lélia González e Sueli Carneiro são expoentes dessa vertente feminista que busca evidenciar as especificidades das opressões vividas

por mulheres negras em uma sociedade estruturada pelo racismo e pelo patriarcado (González, 1988; Carneiro, 2003). Dentro desse contexto, a luta das mulheres quilombolas se insere como uma manifestação concreta do feminismo negro em territórios tradicionais. Essas mulheres não apenas enfrentam desafios impostos pelo racismo estrutural, mas também pelo machismo que se manifesta em diversas esferas da sociedade, incluindo dentro de suas próprias comunidades.

O feminismo negro, portanto, não só denuncia essas desigualdades, mas sobretudo constrói alternativas de resistência e emancipação para essas mulheres que historicamente foram silenciadas.

A partir da intersecção entre gênero, raça e classe, o feminismo negro trouxe reflexões cruciais sobre como as mulheres quilombolas vivenciam as desigualdades. Como destaca Carneiro (2011), as mulheres negras enfrentam um duplo processo de discriminação, sendo marginalizadas tanto por questões raciais quanto por questões de gênero. Muitas delas enfrentam desafios para acessar educação, saúde, terra e políticas públicas específicas (Silva, 2015).

Historicamente, a negação desses direitos resultou na invisibilidade social dessas mulheres, que foram relegadas a papéis secundários na sociedade e tiveram sua contribuição para o desenvolvimento de suas comunidades desconsiderada. Entretanto, ao longo das décadas, observa-se que essas mulheres, antes marginalizadas em discussões feministas tradicionais, passaram a construir espaços próprios de reivindicação, fortalecendo suas comunidades e promovendo a reafirmação de sua identidade quilombola (Ribeiro, 2020).

Nos anos 1970 e 1980, as mulheres negras começaram a questionar o feminismo hegemônico, argumentando que suas experiências eram distintas daquelas das mulheres brancas e que havia especificidades que precisavam ser reconhecidas. Foi nesse período que intelectuais como Lélia González passaram a articular a importância de um feminismo negro, que levasse em conta não apenas as opressões de gênero, mas também as de raça e classe. Esse movimento culminou em organizações

e redes de apoio que deram voz às demandas das mulheres negras e quilombolas, fortalecendo sua atuação em diferentes frentes, incluindo a luta por terra, reconhecimento cultural e políticas públicas específicas.

A luta das mulheres negras dentro do feminismo permitiu que suas reivindicações fossem inseridas na agenda política e acadêmica. A discussão sobre interseccionalidade, amplamente debatida por autoras como Kimberlé Crenshaw (1989), passou a ser uma ferramenta conceitual imprescindível para compreender as múltiplas formas de opressão que atingem essas mulheres. No Brasil, essa discussão teve forte influência no fortalecimento do feminismo negro e no reconhecimento das especificidades das mulheres quilombolas. Através desse arcabouço teórico, as quilombolas puderam legitimar suas demandas e ampliar a visibilidade de suas lutas.

O contexto histórico da formação dos quilombos é essencial para compreender a luta das mulheres quilombolas na atualidade. Essas comunidades surgiram como forma de resistência ao sistema escravista e, ao longo do tempo, tornaram-se espaços de preservação cultural e social da população negra. Entretanto, a posse da terra sempre foi um dos principais desafios enfrentados pelos quilombolas, e as mulheres têm assumido um papel de liderança nessas disputas.

Segundo Almeida (2017), a luta pelo reconhecimento das terras quilombolas é também uma luta pelo direito de existir plenamente como sujeito social e político. As mulheres quilombolas não apenas reivindicam a regularização fundiária de seus territórios, mas, igualmente, lutam pelo direito à educação, à saúde e ao desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

A resistência das mulheres quilombolas se dá, constantemente, através da manutenção e da valorização de saberes ancestrais. A cultura oral desempenha um papel fundamental na transmissão de conhecimentos sobre ervas medicinais, práticas agrícolas sustentáveis e organização comunitária. Nesse sentido, o feminismo negro se entrelaça com a luta quilombola ao reconhecer e valorizar esses saberes como formas legítimas de conhecimento, que devem ser protegidas e incentivadas.

Como aponta Silva (2019), a luta dessas mulheres não se limita só à esfera material, mas envolve também a defesa de suas tradições culturais e espirituais, que são constantemente ameaçadas pela modernização excludente e pela exploração dos recursos naturais de seus territórios.

As entrevistas realizadas revelam a potência dessas vozes. Dona Elza, uma das entrevistadas, ao afirmar: “*sou do quilombo, gosto do quilombo*”, demonstra a dimensão do pertencimento e da identidade construída a partir da luta coletiva. Esse tipo de afirmação reflete não apenas uma questão territorial, mas, sobretudo, uma forma de resistência e empoderamento. Ao se reconhecerem como quilombolas e assumirem suas histórias, essas mulheres desafiam a narrativa colonial que historicamente tentou apagá-las. O sentimento de pertencimento a um quilombo não é somente um fator geográfico, mas também um laço afetivo e político que fortalece a coletividade e a resistência contra a opressão sistêmica.

A influência das intelectuais negras nesse processo é notória. Elas não apenas produzem conhecimento, mas também atuam diretamente na conscientização e na mobilização de mulheres quilombolas, fortalecendo suas lutas por direitos sociais, territoriais e culturais (Almeida, 2017). Dessa forma, o feminismo negro se torna um eixo estruturante na organização política dessas mulheres e na promoção de mudanças estruturais dentro das comunidades. A difusão de obras e debates acadêmicos sobre o feminismo negro tem possibilitado que cada vez mais mulheres quilombolas tenham acesso a uma estrutura teórica que valida suas experiências e oferece ferramentas para a luta política. O trabalho dessas intelectuais, aliado à mobilização comunitária, contribui para que as mulheres quilombolas possam atuar como protagonistas em suas próprias narrativas.

Por fim, a luta das mulheres quilombolas dentro do feminismo negro representa um dos movimentos mais potentes de resistência e transformação social. Essas mulheres, ao reivindicarem seus direitos, desafiam as estruturas de poder historicamente excludentes e propõem novas formas de organização baseadas na coletividade, na ancestralidade e na justiça social.

O feminismo negro, ao reconhecer a especificidade dessas lutas, fortalece a construção de um movimento plural e interseccional, que não apenas denuncia as opressões, mas igualmente constrói caminhos para a emancipação dessas mulheres e de suas comunidades. A luta quilombola feminina é, portanto, um símbolo de resistência e de esperança para a construção de um Brasil mais justo e igualitário.

2. Quilombos: territórios de viver

Os quilombos representam muito mais do que espaços físicos de refúgio; eles são territórios de resistência, identidade e luta para a população negra no Brasil. Desde o período colonial, essas comunidades emergiram como alternativas à opressão imposta pela escravidão, funcionando como locais de autonomia e organização social. A construção dos quilombos não ocorreu somente como um movimento espontâneo de fuga, mas também como uma forma de reorganização social baseada na ancestralidade africana.

A identidade quilombola transcende a reivindicação geográfica, consolidando-se como uma categoria política e cultural de direitos fundamentais e preservação histórica. Apesar da abolição formal da escravidão, as comunidades quilombolas enfrentam desafios estruturais relacionados à terra, à cidadania e à igualdade de oportunidades.

O conceito de quilombo passou por um profundo processo de ressignificação ao longo dos séculos. Se antes eram vistos apenas como locais de fuga e resistência à escravidão, hoje são compreendidos como espaços políticos fundamentais para a luta pela terra, pela cultura e pela dignidade das comunidades quilombolas. Com o reconhecimento da importância histórica dessas comunidades, a Constituição Federal de 1988 garantiu o direito à terra aos quilombolas, mas a efetivação desse direito enfrenta consideravelmente entraves burocráticos e políticos. As disputas por território, em muitas ocasiões, resultam em conflitos fundiários, como casos de violência e expulsão de famílias quilombolas. A morosidade

nos processos de regularização fundiária é um dos principais obstáculos para que essas comunidades possam exercer plenamente sua autonomia e continuidade histórica.

A luta pelo território é um dos eixos centrais da resistência quilombola, pois a terra representa não só um espaço físico de moradia, mas também um local de reprodução social, cultural e econômico. O direito à terra está diretamente ligado à preservação da cultura afro-brasileira, à manutenção de saberes ancestrais e à garantia de práticas agrícolas sustentáveis que asseguram a subsistência das comunidades. Entretanto, o avanço do agronegócio, da mineração e de empreendimentos imobiliários ameaça a permanência dos quilombos, forçando muitos quilombolas a abandonarem seus territórios.

A posse da terra para os quilombolas não é uma questão meramente econômica, mas a base de sua identidade coletiva e de sua existência como povo (Santos, 2021).

Outro aspecto essencial da luta quilombola é a reivindicação por políticas públicas que garantam acesso à educação, à saúde e à geração de renda. Muitas comunidades quilombolas ainda enfrentam dificuldades para obter serviços básicos, como escolas adequadas, atendimento médico e infraestrutura. A invisibilidade dessa legislação nos planos de desenvolvimento governamentais agrava a desigualdade social e perpetua ciclos de exclusão. Para muitas famílias quilombolas, a falta de acesso à educação de qualidade limita as oportunidades de ascensão social, restringindo o alcance de empregos formais e perpetuando a vulnerabilidade econômica. Nesse contexto, a mobilização política das comunidades se torna fundamental para garantir a implementação de políticas públicas efetivas.

As mulheres quilombolas assumem um papel central nessa luta, pois além de reivindicarem o direito à terra, também lutam pela equidade de gênero dentro e fora das comunidades. A posse da terra significa, para muitas delas, maior autonomia e poder de decisão sobre os recursos produtivos, fortalecendo a economia local e garantindo segurança alimentar.

As mulheres quilombolas se destacam como lideranças comunitárias, organizando movimentos sociais, associações e redes de apoio para fortalecer suas comunidades.

Como aponta Silva (2022, p. 73):

A luta das mulheres quilombolas não se restringe à questão fundiária, mas envolve uma reivindicação por direitos sociais, pelo reconhecimento de sua cultura e pelo fim da invisibilização de suas demandas nos espaços políticos e institucionais.

Além da luta territorial e social, a valorização da cultura quilombola é um pilar essencial para a manutenção da identidade dessas comunidades. A transmissão de saberes ancestrais, as práticas religiosas de matriz africana, as manifestações culturais e a preservação de idiomas e costumes herdados da diáspora africana são elementos imprescindíveis da resistência quilombola. As festas, danças, músicas e rituais desempenham um papel fundamental na construção da identidade coletiva e na reafirmação do pertencimento. No entanto, uma cultura quilombola sofre frequentemente tentativas de apagamento e apropriação, sendo necessário um esforço contínuo para garantir que a sua história seja preservada e reconhecida.

A educação é um dos instrumentos mais poderosos para fortalecer as comunidades quilombolas e garantir a continuidade de suas tradições. Contudo, muitas escolas quilombolas ainda enfrentam dificuldades, como infraestrutura precária, falta de materiais didáticos adequados e ausência de políticas educacionais específicas para atender às necessidades dessas populações. A educação quilombola deve ser pautada na valorização da cultura afro-brasileira, promovendo a inclusão de conteúdos que resgatem a história e a contribuição dos povos africanos na formação do Brasil. Iniciativas de educação contextualizadas são fundamentais para combater o racismo estrutural e fortalecer a identidade quilombola entre as novas gerações.

O racismo estrutural, aliás, ainda se manifesta de diversas formas na realidade dos quilombos contemporâneos. A marginalização histórica das comunidades quilombolas e a negação de seus direitos refletem um legado de discriminação que persiste até os dias atuais. Com frequência, os quilombolas enfrentam preconceitos em espaços urbanos e dificuldades de acesso a direitos básicos, como saúde, moradia e trabalho digno. A superação dessas desigualdades exige uma transformação estrutural, com a implementação de políticas públicas eficazes e o fortalecimento dos movimentos sociais que atuam na defesa dessas comunidades.

Dessa forma, os quilombos não são apenas espaços geográficos delimitados, mas também verdadeiros territórios de vida, pertencimento e resistência. Eles representam a continuidade da cultura afro-brasileira e a reafirmação da identidade negra no Brasil, sendo fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e plural. A luta quilombola, portanto, não se limita ao passado, mas se projeta no presente e no futuro, garantindo que essas comunidades possam seguir existindo e prosperando, apesar dos desafios históricos e contemporâneos.

A resistência quilombola continua sendo um símbolo de luta contra a desigualdade e pelo direito à dignidade. Os quilombos são territórios de viver, onde a ancestralidade se manifesta na cultura, na luta política e na organização comunitária. Apesar das adversidades, a luta quilombola segue forte, protagonizada por lideranças que trabalham incansavelmente para garantir que esses espaços sejam reconhecidos e respeitados. O futuro dos quilombos depende da valorização de sua história e da implementação de políticas públicas que garantam sua permanência e desenvolvimento sustentável.

3. Os quilombos e a construção da identidade afro-brasileira

Os quilombos desempenham um papel fundamental na construção e na preservação da identidade afro-brasileira, configurando-se como

espaços de resistência, manutenção cultural e afirmação de minorias. Desde o período colonial, essas comunidades foram formadas por africanos escravizados que escapavam das fazendas e dos engenhos, em busca de liberdade e autonomia. Ao se estabelecerem em áreas isoladas, os quilombolas recriaram práticas culturais, sociais e religiosas oriundas de suas terras natais, adaptando-se ao novo contexto brasileiro. Essa resignificação cultural foi essencial para a sobrevivência e o fortalecimento de suas identidades. Os quilombos passaram a representar não somente um refúgio contra a escravidão, mas também um espaço de reinvenção social e resistência contra a violência do sistema colonial.

A formação dos quilombos não se limitou apenas à simples fuga da escravidão, mas também simbolizou a criação de sociedades alternativas que desafiavam a ordem do capital. Essas comunidades desenvolveram sistemas próprios de organização política e econômica, fundamentados na coletividade e na solidariedade. A preservação de línguas, músicas, danças e rituais religiosos africanos dentro dos quilombos evidenciava a resistência cultural e a exclusão à assimilação forçada pelos colonizadores. Assim, os quilombos tornaram-se verdadeiros guardiões da herança africana no Brasil, garantindo a perpetuação de saberes ancestrais e a formação de redes de apoio e fortalecimento identitário.

O Quilombo dos Palmares, um dos mais emblemáticos da história brasileira, tornou-se um símbolo de resistência e luta pela liberdade no século XVII. Durante décadas, Palmares foi um espaço de organização comunitária que desafiou as autoridades coloniais, criando uma estrutura própria de governança e defesa. A liderança de Zumbi dos Palmares consolidou a importância desses espaços na construção da identidade e da memória afro-brasileira, sendo um marco para os movimentos de resistência negra no país.

A memória de Zumbi e de Palmares representa a continuidade da luta dos afrodescendentes por reconhecimento, cidadania e dignidade, em um país marcado por desigualdades raciais profundas (Silva, 2021).

A Constituição Federal de 1988 representou um marco significativo ao considerar os direitos territoriais das comunidades quilombolas, por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Esse dispositivo legal garante a propriedade definitiva das terras aos remanescentes de quilombos que ocupam esses espaços, reforçando o compromisso do Estado brasileiro com os recursos históricos e a valorização dessas comunidades. No entanto, a efetivação desse direito tem sido um desafio contínuo, enfrentando burocracias, conflitos fundiários e a morosidade dos processos de regularização. Muitos quilombos seguem sem a titulação definitiva de suas terras, o que os torna vulneráveis a invasões e a processos de especulação imobiliária.

A identidade quilombola está intrinsecamente ligada ao território, que é visto não apenas como um espaço físico, mas também como um elemento central na manutenção das tradições, da cultura e da ancestralidade. A luta pela titulação das terras é, portanto, uma luta pela preservação da própria identidade e pela garantia de condições dignas de vida. As comunidades quilombolas enfrentam desafios, como a pressão do agronegócio, a especulação imobiliária e a falta de políticas públicas eficazes que assegurem seus direitos territoriais e culturais.

O território quilombola é mais do que uma extensão de terra; é um símbolo da resistência negra e da continuidade histórica da presença africana no Brasil (Santos, 2020).

A comunidade Caiana dos Crioulos, localizada no município de Alagoa Grande, Paraíba, exemplifica a resistência e a luta pela preservação da identidade quilombola. Com uma população de aproximadamente 450 pessoas distribuídas em 98 famílias, essa comunidade enfrenta desafios relacionados à regularização fundiária e à garantia de seus direitos territoriais. A topografia acidentada da região dificulta o cultivo agrícola, levando muitos moradores a buscar oportunidades de trabalho fora da comunidade, especialmente no estado do Rio de Janeiro. A regularização fundiária é vista como essencial para melhorar as condições de vida e garantir a continuidade cultural da comunidade.

Conforme descrito por Oliveira (2019):

A luta dos quilombolas por seus territórios não é apenas pela posse da terra, mas pela garantia da continuidade de suas práticas culturais, sociais e econômicas, fundamentais para a preservação de sua identidade coletiva.

A cultura quilombola é diversa e rica, englobando manifestações artísticas, religiosas e sociais que refletem a ancestralidade africana. A música, a dança, as festas tradicionais e os rituais religiosos são expressões vivas dessa herança, e desempenham um papel crucial na coesão social e na transmissão de valores e conhecimentos entre as gerações. A valorização e a preservação dessas manifestações culturais são imprescindíveis para a afirmação da identidade afro-brasileira e para o reconhecimento da contribuição dos quilombolas na formação da sociedade brasileira. Infelizmente, muitos desses elementos ainda são marginalizados ou ignorados sem o devido reconhecimento da importância de suas origens.

A educação é um instrumento poderoso para a valorização da identidade quilombola. A inclusão da história e da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, conforme previsto pela Lei n. 10.639/2003, é essencial para combater o racismo e promover o respeito à diversidade. No entanto, muitas comunidades quilombolas ainda enfrentam desafios no acesso a uma educação de qualidade que respeite e valorize suas especificidades culturais. Investir em políticas educacionais que contemplem a realidade e a história dessas comunidades é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O ensino da cultura afro-brasileira nas escolas não é apenas um direito dos quilombolas, mas, sobretudo, uma necessidade para a formação de uma sociedade que reconheça e valorize sua própria diversidade (Souza, 2022).

A luta das comunidades quilombolas pelo reconhecimento e pela garantia de seus direitos é contínua e enfrenta diversos obstáculos.

A morosidade nos processos de titulação das terras, a falta de infraestrutura básica e a invisibilidade política são desafios que desativam a mobilização das comunidades e o apoio da sociedade civil. A implementação efetiva de políticas públicas que assegurem os direitos territoriais, culturais e sociais dos quilombolas é necessária para a justiça social e para a valorização da diversidade étnica e cultural do Brasil. Sem esse reconhecimento, a herança africana no país continua sendo negligenciada e colocada à margem da sociedade.

Em suma, os quilombos são pilares cruciais para a construção da identidade afro-brasileira, representando a resistência, a resiliência e a riqueza cultural dos descendentes de africanos no Brasil. Reconhecer, bem como valorizar essas comunidades, é indispensável para a construção de uma sociedade que respeite e celebre sua diversidade, reparando as injustiças históricas e assegurando um futuro de igualdade e respeito para todos. A luta quilombola não é só pelo passado, mas também pela garantia de um presente e de um futuro em que sua cultura, sua história e seus direitos sejam respeitados.

Considerações finais

Os quilombos, em sua sobrevivência produtiva e cultural, demonstravam que eram possíveis uma produção e uma reprodução da vida distinta da forma predatória imposta pelo modelo colonial da *plantation* (Moura, 1993). Tais características passam a representar no presente uma perspectiva de futuro com liberdade, de decidir não apenas sobre o processo produtivo, mas também sobre seu destino (Almeida, 2016).

Como afirma Dealdina (2020, p. 26), a existência dos quilombos representa um projeto de partilha, de viver em comunidade, de construção do território enquanto coletivo, compartilhando o acesso a bens, em especial à terra. Fiabani (2017) indica que foi no quilombo que a mulher negra escravizada recuperou a liberdade sobre sua força de trabalho e passou a usufruí-la em benefício próprio ou do grupo, destacando-se:

[...] no trabalho nas roças, na criação dos filhos, viveu sua religiosidade, utilizou seus conhecimentos de medicina natural, liderou revoltas, exerceu funções no comando do grupo. A mulher quilombola recuperou sua dignidade no mocambo (Fiabani, 2017, p. 13-14).

Sobre a importância das mulheres na constituição dos quilombos no período colonial, Gomes (2015, p. 39) menciona que:

Certos mitos na memória coletiva de alguns remanescentes revelam a função das mulheres. Por exemplo, cabia a elas esconder o máximo de grãos na cabeça — entre seus penteados — e escapar para as matas, o mais longe possível. A economia de um quilombo atacado era reconstruída exatamente a partir desses grãos. Outras indicações sugerem sua função religiosa de proteção dos quilombos ao entrarem em transe para adivinhar o momento dos ataques punitivos.

Dessa forma:

As mulheres quilombolas atuam como um acervo da memória coletiva; com elas estão registradas as estratégias de lutas e resistências nos quilombos, os conhecimentos guardados e repassados de geração em geração. São diferentes formas de produção de conhecimento, através de uma diversidade de saberes, incluindo conhecimentos tradicionais e científicos. Dentre os papéis que desempenham está o de guardiães da pluralidade de conhecimentos que emergem e são praticados nos territórios quilombolas. (Silva, 2020, p. 54).

Nos quilombos, foram/são as mulheres que mais sofrem os impactos da violência, a qualquer modo.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2017, p. 19), as mulheres:

São as principais impactadas pelos conflitos territoriais, pelos empreendimentos desenvolvimentistas e pela supressão de direitos, o que

compromete significativamente o desenvolvimento social e econômico dessas mulheres.

São essas mulheres que resistem cotidianamente, dão corpo e alma contra a luta diária para sua sobrevivência e dos seus, pois os quilombos foram e têm sido alvos da expropriação territorial e tomada dos seus modos de vida, que perduram por mais de cem anos, através de seus conhecimentos e saberes.

Selma dos Santos Dealdina (2020, p. 27), intelectual quilombola, nota que:

Os territórios quilombolas vêm resistindo ao longo dos anos a um quadro de total abandono no que diz respeito a políticas públicas, sem acesso a saneamento básico, direito de moradia adequada, políticas de educação escolar quilombola ou saúde. Agravam essa situação os permanentes conflitos em defesa dos territórios, o que tem submetido a população quilombola à violência psicológica, moral e física, como a iminência de despejos ou remoções forçadas, a prática de racismo ambiental, restrições ao direito de ir e vir, ameaças à vida e assassinatos, só para citar alguns exemplos.

E para o enfrentamento a essa violência, essas mulheres encontram-se em posição de tenência, utilizando sua força, principalmente a força de trabalho em troca de baixa remuneração, para resistência diante das várias expressões de violência que lhes são postas.

Para a autora, a violência não é apenas física, mas também simbólica e psicológica, manifestando-se através de uma constante negação dos direitos e da dignidade das comunidades quilombolas. As mulheres, repetidamente, assumem a liderança na luta pela preservação de seus territórios, pela educação de suas crianças e pela construção de alternativas para o enfrentamento da pobreza e da exclusão.

Para Dealdina (2020, p. 37):

Nós, mulheres quilombolas, temos um papel de extrema importância nas lutas de resistência, pela manutenção e regularização dos nossos territórios. No quilombo ou na cidade, temos sido as guardiãs das tradições da cultura afro-brasileira, do sagrado, do cuidado, das filhas e filhos, das e dos griôs, da roça, das sementes, da preservação de recursos naturais fundamentais para a garantia dos direitos.

Para a autora, o papel das mulheres quilombolas, no tocante à resistência, ao enfrentamento das dificuldades diárias de viver em territórios historicamente marginalizados, é fundamental. São essas mulheres responsáveis por preservar tradições, saberes e culturas que garantem a continuidade e a identidade dos quilombos. Em suas palavras, essas mulheres representam a força e a persistência que desafiavam os múltiplos desafios impostos pela violência estrutural, pela expropriação territorial e pela invisibilidade das políticas públicas.

Referências

ALMEIDA, A. B. W. Apresentação das coleções: “Narrativas quilombolas” e “Luta e resistência quilombolas”. In: AIRES, M. N. M. Nice Guerreira: mulher, quilombola e extrativista da floresta. Rio de Janeiro, 2016. p. 07-12.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Portal Geledés*, 6 mar. 2011. Disponível em: https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwqcO_BhDaARIsACz62vNwexkpC7TuEs1gTDZPQGpupH_jsUxsnoTh2TKh14cZnuen-onmW_EaArSUEALw_wcB. Acesso: em: 13 fev.2022.

DEALDINA, S. S. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. SCOTT, J. A.; DABAT, C. R.; ÁVILA, M. B. (org.). *E-Disciplinas*, São Paulo: USP, 2017.

DEALDINA, S. S. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, S. S. (org.) *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 25-44.

FIABANI, A. Mulheres Quilombolas. In: FIABANI, A. GOMES, A. B. S. MIRANDA, Carmélia Aparecida Silva (org.). *Do Quilombo ao Baton: histórias de mulheres quilombolas*. Curitiba: CRV, 2017. p. 13-25.

GOMES, F. S. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONZÁLEZ, L. A categoria político-cultural de *amefricanidade*. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

HOLLANDA, H. B. de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 381 p.

MONTEIRO, K. dos. *As mulheres quilombolas Paraíba: terra, trabalho e território*. 2013. Dissertação (Mestrado) — Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

MOTTA, M. M. M. *O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas no Brasil: uma ferramenta necessária*. Anuario de Hojas de Warmi, n. 15, 2010.

MOTTA, M. M. M. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOTTA, M. M. M. Mulheres e a sociedade agrária: representações sociais e relações de gênero. *Saeculum: Revista de História*, João Pessoa, n. 26 jan./jun. 2012.

MOURA, C. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Editora Ática, 1993.

ONU. *Carta das Nações Unidas*. New York, 1945. Disponível em: <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/documentos/>. Acesso em: 31 jan. 2025.

OLIVEIRA, Simone Barros. *Mulheres Quilombolas e o Acesso aos Direitos de Cidadania: Desafios para as Políticas Públicas*. Relatório de Pós-Doutorado em Serviço Social, PUCRS: Porto Alegre, 2019.

SANTOS, G. C.; RII, E. C. Saúde mental da população negra: relato de uma relação terapêutica entre sujeitos marcados pelo racismo. *Revista de Psicologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp)*, v. 19, n. esp p. 220-241, 2020.

SANTOS, A. B. *Colonização, Quilombos: modos e significados*. Brasília: INCTI/UnB, 2021.

SAFFIOTI, H. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana*. 2012. Tese (Doutorado) — Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, L. V. Viver, ouvir e aprender: o outro nas entrevistas com a história oral. *Tempos Históricos*, v. 17, n. 2, p. 83-105, 2013.

SILVA, G. M. Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: DEALDINA, S. S. (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra, 2020. p. 51-58.

SILVA, C. H. da; OLIVEIRA, A. R. S. de. A atuação das Mulheres Quilombolas na manutenção da identidade territorial: um olhar a partir das comunidades de Água morna e Guajuvira em Curitiba-PR. In: FIABANI, A.; GOMES, A. B. S.; MIRANDA, C. A. S. (org.). *Do Quilombo ao Baton: histórias de mulheres quilombolas*. Curitiba: CRV, 2015. p. 73-88.

SILVA, Maria José da. “*Aqui todo mundo é uma família*”: Processo de Construção do Território e Territorialidades étnicas em Cruz da Menina, Dona Inês — PB — Bananeiras, 2021.132f

Sobre as autoras

FIAMA DE CASTRO AZEVEDO DIAS – Mestranda em Serviço Social.
E-mail: fiamadias@gmail.com

PATRÍCIA CRISTINA DE ARAGÃO – Doutora em Serviço Social. Professora.
E-mail: patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br

